

Sair do beco

O movimento para a greve geral de 24 de Novembro ganha peso, com greves parciais e adesões de múltiplos sectores. Pode vir a ser o maior protesto de sempre. Mas é preciso dizer que a falta de resultados práticos dos inúmeros protestos já realizados desmoraliza muitos trabalhadores, que não vêem o rumo político do país mudar. O que tem faltado às múltiplas greves, protestos e manifestações não tem sido a força para reclamar mudanças políticas – tem sido a força para as impor.

Os trabalhadores parecem, assim, prisioneiros de uma alternativa sem saída: um PS que já mostrou o que pode fazer pelo patronato, mas que ensaia agora uma máscara “de esquerda” diante das propostas radicais do PSD; e um PSD mensageiro declarado de políticas que visam sem reboço o empobrecimento dos assalariados.

Este ciclo vicioso só existe enquanto não houver força da parte dos trabalhadores para recusarem pagar a crise e oporem-se de forma maciça às imposições patronais. É para começar a criar esta força que a greve geral será importante.

O que pode mobilizar e libertar forças dos trabalhadores? Objectivos de luta que os façam sair do beco: enfrentar os patrões nas empresas por todos os meios, recusar as medidas de empobrecimento, rejeitar a mentira da “repartição de sacrifícios”, não esperar que o Estado os defenda, acreditar que a equidade e a justiça só podem ser alcançadas se a exploração capitalista for ela mesma posta em causa. Aí sim, libertar-se-ão forças que agora estão contidas e sem as quais não há saída.

Os trabalhadores verão a inutilidade (além da injustiça) dos sacrifícios que lhes são impostos – e recusá-los-ão – desde que tomem consciência de que esta crise é um sinal da falência do próprio capitalismo. E que, portanto, não têm nada a esperar do sistema que os governa. É por essa via que serão reunidas as forças sociais capazes de impor um outro rumo político ao país.

MUDARDEVIDA

jornal popular / apoio: 0,50 €

Novembro-Dezembro 2010 / número 25

**Revolta-te, trabalhador
REVOLTA-TE****Todo o apoio à greve geral de 24 de Novembro****Quem paga a austeridade?****Trabalhadores: 66%****Aparelho do Estado: 20%****Empresas, banca e altos rendimentos: 14%***págs. 3 e 4***NATO não!****A estratégia da aranha na cimeira de Lisboa** *págs. 5, 6 e 7*

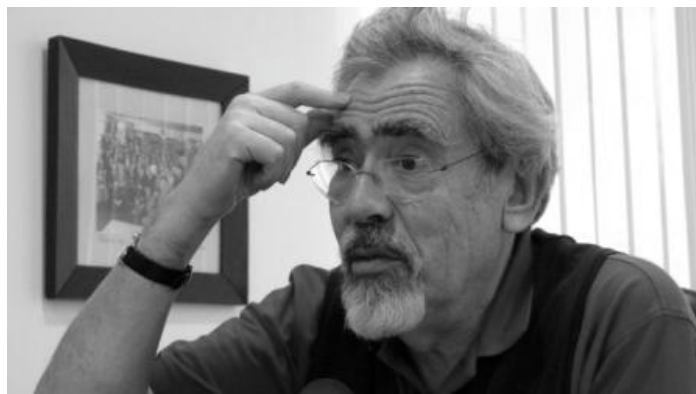
Os direitos “não compatíveis” do sr. dr. António Barreto

Em declarações à Lusa, António Barreto fez um conjunto de afirmações que geraram bastante polémica, particularmente a nível da blogosfera.

“Vamos à Constituição e vemos que o cidadão português tem todos os direitos e mais alguns. Tem direito à saúde e educação de graça, à habitação”. “É necessário distinguir entre os direitos que devem ser absolutamente invioláveis – direito à privacidade, à integridade humana individual, direito à boa reputação, de voto, de expressão, de circulação – e os outros, que são interessantes, importantes, mas não são do mesmo nível de inviolabilidade como são os outros”. “Os direitos à saúde e educação de graça, assim como à habitação, não são compatíveis com o estado actual das finanças públicas”.

Este é o essencial das declarações prestadas pelo conhecido sociólogo, no final de uma palestra promovida pelo Rotary Club de Coimbra/Olivais, sobre “Desenvolvimento Regional de Cidadania”. Dada a polémica surgida, Barreto publicou, então, no seu blogue (preocupado com quê?) o texto usado na referida palestra e que, segundo ele, não conteria nada do que lhe era atribuído.

Lendo com atenção o texto do sociólogo, podemos ver que as frases atribuídas pela Lusa a Barreto não estão lá escritas com tal crueza, mas estão as ideias correspondentes, embora embrulhadas num palavreado



mais vasto. Está aí claramente estabelecida uma distinção entre os direitos que ele considera fundamentais, decisivos, (liberdade de expressão, liberdade de voto) e aqueles que, embora considerando “interessantes”, relega para segundo plano (direitos à saúde, à educação, ao pão). Ora, é fácil de perceber como os primeiros, de natureza essencialmente individual, ficam drasticamente diminuídos para as pessoas e as classes que não tenham acesso efectivo aos mais elementares direitos de natureza social – precisamente aqueles que Barreto acha “dispensáveis”.

É plausível admitir que nas declarações à Lusa, para ser sintético, o sociólogo se tenha visto obrigado a ser mais explícito, clarificando o seu pensamento, e daí resultando aquilo que efectivamente pretendia dizer e que foi tornado público pela agência noticiosa. Declarações que não nos devem surpreender, dadas as conhecidas posições de classe assumidas por Barreto e as

malfeitorias por ele praticadas contra os trabalhadores portugueses, no decorrer das últimas décadas.

Às prédicas de Barreto, assim como às de outros democratas burgueses da mesma laia (para não falar de alguns comentadores – mercenários de serviço aos média), aplica-se-lhes adequadamente uma conhecida máxima de Brecht: “Para quem tem uma boa posição social, falar de comida é baixo. É compreensível: eles já comeram”.

Pela nossa parte, consideramos que os discursos-suporte dos vários “sábios” e conselheiros do terreno favorável à intervenção dos operacionais do sistema – os Sócrates e os Passos Coelho – devem ser implacavelmente denunciados e desmontados. De modo a que as classes exploradas e oprimidas se armem ideologicamente face à permanente ofensiva do capital contra os direitos económicos e sociais dos trabalhadores.

Pedro Goulart

A hora dos canalhas

Pululam nos meios de comunicação os conselhos sobre boas práticas de poupança. Há dias, o economista para todo o serviço Camilo Lourenço moralizava, numa emissora de TV, dizendo que “todos” temos de nos convencer a gastar menos. E deu logo o seu próprio exemplo: “Ontem fui a um restaurante japonês e paguei 30 euros; ora, posso jantar num restaurante comum e gastar apenas 10 euros”... Já sabem, caros desempregados, pensionistas e beneficiários desse luxo que é o rendimento social de inserção, sigam o exemplo do Camilo Lourenço: não escolham restaurantes japoneses e poupem 20 euros em cada jantar.

Notas sobre a crise

Enquanto forem os ricos a resolver o problema dos pobres, como ficou patente no último “Prós e Contras” da RTP, a pobreza não vai diminuir mas sim aumentar.

Foi dito que 630 mil portugueses têm dívidas aos bancos. Porque é que o Banco de Portugal e o ministério das Finanças não divulgam a evasão fiscal e as dívidas da banca ao Estado?

Se o Banco Central Europeu empresta dinheiro à banca a 1%, porque é que a banca empresta depois a Portugal a mais de 6%? É a especulação capitalista defendida pela partidocracia PS/ PSD e CDS.

Não houve chantagem entre o PS e o PSD. Houve sim, chantagem de ambos contra o sacrificado e explorado povo português.

A execução do orçamento para 2011 vai ser uma fraude porque o sistema financeiro não vai pagar os impostos devidos ao Estado.

Fernando Barão

FICHA TÉCNICA

Redacção Cristina Meneses, Manuel Raposo, Pedro Goulart

Colaboradores António Louçã, Carlos Completo, Carlos Simões, François Pechereau, Manuel Vaz, Rita Moura, Urbano de Campos

Site David Raposo

Contactos

Apartado 50093 S. João de Brito 1702-001 Lisboa

jornalmudardevida@gmail.com

www.jornalmudardevida.net

ASSINATURAS

10 números / Donativo mínimo: 15€ Apoio: o mais possível

Como fazer uma assinatura:

No site www.jornalmudardevida.net (>Assinaturas): indique nome, morada, código postal, indique o número a partir do qual inicia a assinatura e transfira o seu contributo numa caixa Multibanco (seleccionando “Outras Operações” e “Transferências”), para o NIB 0007 0000 00682481622 23. Envie-nos um e-mail a comunicar a transferência.

Por correio: envie nome, morada, código postal, indique o número a partir do qual inicia a assinatura e junte um cheque traçado, ao portador.

A disputa partidária e o que está para vir

O romance em torno do OE dá sinal das próximas ameaças do patronato contra os trabalhadores

Acertaram, todos os que disseram que o PSD e o PS acabariam por se entender sobre o Orçamento do Estado. Mas a verdade é que a aposta não tinha grande complexidade se fosse descontada toda a ganga de competição partidária que envolveu a questão. Em todo o caso, não achamos que tudo se reduza a um simples “teatro”, como os comentários feitos pelo BE e pelo PCP sugerem. É que a presente competição partidária entre o PS e o PSD, mesmo se assenta numa ampla plataforma de entendimento, dá já sinal das mudanças futuras (e próximas) que o patronato – exprimindo-se agora, sobretudo, pela boca do PSD – quer ver postas em prática.

Há uma forma de explicar o romance do OE mais simples do que as versões dramatizadas pelos meios de comunicação e pelos altifalantes partidários. Pode contar-se assim:

A nova direcção do PSD quis ganhar rapidamente as boas graças dos empresários capitalistas para se poder apresentar como via política de substituição do PS. Apoiou em Maio as medidas violentas do PEC e com isso satisfez dois objectivos: viabilizar mais um ganho na luta contra os assalariados e mostrar aos empresários que podiam contar com a equipa social-democrata recém-eleita.

Mas, uma vez assegurado o ganho, fez-se de imediato porta-voz de novas exigências do capital que visavam pressionar o governo para adoptar medidas políticas mais radicais do que as que ele estaria pronto a aplicar no momento: medidas que se traduzissem num embaratecimento drástico e imediato da força de trabalho (baixa de salários) e, mais em geral, numa forte diminuição dos demais encargos das empresas (baixa de impostos, redução da taxa social única, etc.).

Uma proposta radical de revisão constitucional (dando o sentido da mudança pretendida) e a ameaça de chumbar o OE foram

os meios desta pressão sobre o governo e o PS. O objectivo era o de empurrar o PS a tomar aquelas medidas e fazê-lo desgastar-se aos olhos do eleitorado para, a prazo não muito alargado, o PSD colher os frutos; ou então, caso o governo não as tomasse, desacreditar o PS aos olhos dos patrões. Esta ofensiva do PSD teve o apoio aberto e declarado de economistas, comentadores, homens da banca, patrões diversos, que falaram em perfeito unísono – como ficou patente num encontro com economistas de vários matizes em que a bandeira do chumbo do OE foi agitada de forma bem visível.

Acontece que o PS, sempre disponível, fez uma vez mais o que o patronato queria – correspondeu às pressões lançando na proposta de OE as medidas que o capital, nacional e estrangeiro, reclamava. E, ao mesmo tempo, contra-atacou o PSD com o que o patronato de momento não queria: a demissão do governo e eleições intercalares.

Passos Coelho, embalado pelas palmadinhas nas costas, não percebeu que, no momento em que o governo lançou a proposta de OE, os empresários deram a parada como ganha sem terem de passar por uma inútil e agitada mudança de equipa governativa. Ao insistir até ao absurdo que iria chumbar o OE, Passos Coelho acabou por assustar os



banqueiros e os empresários que o tinham empurrado para a frente.

O nervosismo do PSD quando julgou ver a meta do poder à sua frente fê-lo levar tempo a perceber que tinha de parar a pressão, de dar o dito por não dito e resignar-se a esperar melhor oportunidade para chegar ao governo.

É este o ponto em que estamos agora. O patronato deu mais um passo no sentido de pagar menos pela força de trabalho que explora, abriu caminho à destruição dos apoios sociais do Estado e guarda-se para novas investidas enquanto consolida os ganhos.

Se houve “teatro” na disputa acesa entre PS e PSD ele terminou aqui. Mas não terminou de modo nenhum o processo que foi posto em marcha desde a aplicação das primeiras medidas

de “austeridade”. E é para dar continuidade a esse caminho que as propostas radicais do PSD foram avançadas e permanecem sobre a mesa.

Para o demonstrar, o líder do PSD (corria ainda a discussão do OE) afirmou publicamente o que constitui todo um programa de terrorismo social: “os direitos (dos trabalhadores, entenda-se) acabam no dia em que tiverem de acabar”.

E mesmo a peixeirada do debate parlamentar sobre o OE (que o púdicio Cavaco Silva veio verberar) tem o significado de mostrar que as coisas não vão ficar por aqui; e que entre PS e PSD não abrandará a disputa para ver qual deles melhor se posiciona para representar o patronato e dar forma política às suas exigências.

Ou para ver como os dois, em parilha, partilham esse papel.

Manuel Raposo

Um longo lastro de razões para a greve geral

Quem vive acima das nossas posses e por que motivo os sacrifícios não são para todos?

De repente, alguém inventou que “vivemos acima das nossas posses” e que se torna por isso “urgente fazer sacrifícios” – e a ideia fez carreira. Os destinatários exclusivos destas mensagens são os trabalhadores, a quem se exige mais produção com menores salários e menor consumo – para que as empresas, diz-se, sejam mais “competitivas” e possam “de futuro”, assim se promete, criar novos empregos.

Tudo isto assenta numa mentira: o capitalismo está em crise porque não consegue vender tudo o que produz; a competição entre capitais aumenta por isso mesmo, levando as empresas a quererem lucrar mais com menos gastos e com menos mão-de-obra, agora e no futuro. O fito das políticas de “sacrifícios” é, pois, o de embaratecer à bruta a força de trabalho e o seu resultado é o empobrecimento da massa trabalhadora assalariada.

A final, quem vive acima das nossas posses e onde está a razão de os sacrifícios não serem para todos? Os números e alguns factos de política dos últimos anos falam por si.

Quem paga

As medidas conjuntas do PEC I, PEC II e Orçamento do Estado conseguem obter (no somatório de receitas a mais e despesas a menos, e segundo os valores conhecidos) perto de 12 mil milhões de euros.

Mas, na repartição desse valor, 66% são pagos pelos trabalhadores ou pela população em geral (cortes de salários, congelamento de pensões, reduções sociais, aumento do IVA); 20% provêm da redução do investimento público e de cortes nas despesas com a máquina do Estado; e 14%, apenas, provêm de encargos que recaem sobre investidores (mais valias), empresas e banca, e de impostos sobre rendimentos elevados.

Sacrifícios “iguais para todos”? Incompetência? Não, trata-se de uma política deliberada para sacrificar a massa trabalhadora e proteger o mais possível os detentores de capital e as classes dominantes.

“Urgência”

Argumenta-se também com a

“urgência” da situação e com a necessidade de ir buscar rapidamente receita ao maior número de pessoas para pagar a dívida pública e o défice do Estado. É também um falso argumento porque seria ainda mais rápido, e de resultados garantidos, taxar fortemente as fortunas, os elevados rendimentos e os ganhos do capital. Mas acresce que, mesmo sem isso, a história recente da cobrança de impostos (que é outra maneira de canalizar a riqueza produzida) desmente essa necessidade agora classificada de “urgente”. Basta atentar na quase completa ausência de tributação sobre a riqueza e nos números escandalosos da fuga ao fisco.

Milhões de fuga os fisco

A maior parte da riqueza patrimonial não é taxada ou é-o por valores desactualizados. Uma tentativa de reforma da tributação do património mobiliário e imobiliário foi metida na gaveta em 1996 por António Guterres porque, simplesmente, não convinha aos proprietários. Desde então, ninguém mais tratou do assunto.

A contribuição para o IRS é quase exclusivamente suportada pelos trabalhadores assalariados (92%) contra uma ninharia (8%)



paga por independentes, agricultores, industriais, comerciantes, senhorios e detentores de capitais. Esta desproporção tem vindo a acentuar-se já que em 1996 se cifrava em 86% contra 14%.

A maior parte das empresas não paga IRC, sem que o Estado tome medidas contra isso. Em 1994 havia 200 mil empresas e só um terço delas pagava IRC. Em 2007 existiam 379 mil empresas e apenas 36% pagavam IRC. E uma parcela crescente desse IRC recai, ano após ano, sobre as empresas de menor facturação.

Esta fuga do capital ao pagamento de impostos – sistemática, instituída e tolerada – faz com que o valor de imposto que o Estado não recebeu desde 1989 até 2007, somasse perto de 132 mil milhões de euros, mais de 11 vezes aquilo que as actuais medidas de contenção” (tornadas “urgentes”) visam arrecadar.

Igualmente, as medidas que poderiam travar o caminho a esta fuga fiscal nunca foram postas em prática.

Medidas inconvenientes

Os sinais exteriores de riqueza (barcos, aviões, etc.) não são taxados.

Também os métodos indiciários (aventados em 1996 e que permitiriam avaliar o volume de negócios de uma empresa que omitisse facturação) nunca foram aplicados por pressão dos empresários capitalistas.

Incompetência? Sacrifícios “para todos”?

Os factos apontados mostram que, desde sempre, os trabalhadores assalariados têm sofrido as consequências de uma política destinada a defender as classes dominantes.

Há, portanto, um longo lastro de razões para que os trabalhadores se unam numa oposição maciça às medidas de austeridade, agora apresentadas pelo poder e pelos patrões como inevitáveis e irrecusáveis.

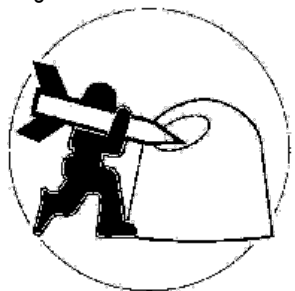
Tanto pelo que está em curso como por aquilo que ameaça vir aí, é decisivo que a greve geral de dia 24 seja um importante passo nesse sentido.

Urbano de Campos

Pouca expectativa

Em declarações à Lusa em 13 de Novembro, o Comandante Operacional dos Açores, tenente general Alfredo Cruz, manifestou "poucas expectativas quanto ao novo conceito estratégico da NATO" porque "a sua principal razão de ser, um inimigo, desapareceu", desde o fim do Bloco de Leste e a dissolução do Pacto de Varsóvia.

Mas nem por isso o tenente general perde a noção da importância do seu território de comando: os Açores e a base das Lajes são, na sua óptica, uma "importantíssima base de apoio para a projecção de poder (dos EUA, bem entendido) para o Médio Oriente e para África". Alfredo Cruz refere que os países europeus membros da Aliança não se têm mostrado dispostos, no grau em que os norte-americanos desejariam, a envolver-se em acções de guerra e a aumentar os orçamentos militares. Estes desajustes, diz o tenente general, "vem causando algum mal-estar entre os dois lados do Atlântico". É o problema de todas as associações de malfeitores: o interesse comum leva-os a unir-se; mas a concorrência leva-os a brigar.



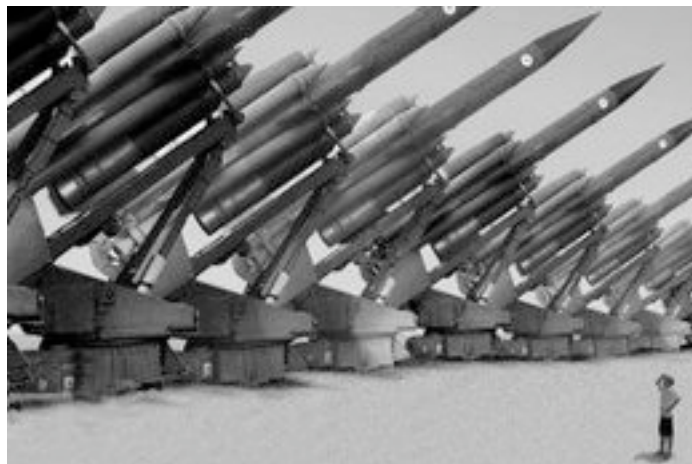
Campeão mundial

As maiores despesas militares são, de longe, as efectuadas pelos EUA que a seu cargo têm, actualmente, cerca de 45% dos gastos mundiais.

Os valores respeitantes ao ano de 2009, que no total mundial andam pelos 1500 milhares de milhões de dólares, estabelecem, para os países mais gastadores, o seguinte alinhamento (em milhares de milhões de dólares): EUA 661; China 100; França 63,9; Inglaterra 58,3; Rússia 53,3; Japão 51,8; Alemanha 45,6; Arábia Saudita 41,3; Índia 36,3; Itália 35,8.

Dois terços dos gastos militares mundiais são dos países da NATO

Segundo dados divulgados em Junho deste ano pelo Instituto Internacional de Pesquisas para a Paz de Estocolmo (SIPRI), em 2009 os gastos militares em todo o mundo atingiram 1,5 biliões (milhão de milhões) de dólares. Um aumento de 5,9% em relação aos gastos de 2008. E a perspectiva de gastos é de mais crescimento para 2010. "O governo britânico investiu um total de 15 mil milhões de dólares em operações militares no Afeganistão até Março de 2010. E, para 2010-2011, estão destinados mais 4 mil milhões", refere Sam Perlo-Freeman, director de um projecto sobre gastos militares do SIPRI. Comparados com qualquer outro país do mundo, os Estados Unidos crescem mais rapidamente em gastos com o sector militar. Segundo Freeman, um relatório do Serviço de Pesquisa do Congresso norte-americano revelou que só o actual governo destinou 330 mil milhões de dólares à guerra do Afeganistão no ano fiscal de 2010. Em 2009, Washington já havia aprovado um estímulo de 800 mil milhões de dólares exclusivamente para o



Departamento de Defesa, destinados a outras despesas, que não incluíam armas e serviços militares.

Guerras made in USA

As guerras no Afeganistão e no Iraque juntas custaram aos EUA, desde 2001 até o fim do ano fiscal de 2010, mais de 1 bilião (milhão de milhões) de dólares, destinados directamente ao sector militar, revelou Freeman. Esses valores referem-se à contratação de serviços e aquisição de equipamentos, como veículos blindados, aeronaves de carga e helicópteros, entre outros. Mas não incluem gastos extra, como

os custos com soldados feridos e com a saúde de veteranos de guerra.

NATO: um bilião

Os 28 países da NATO, com os EUA à cabeça, que perfazem menos de 15% da população mundial, despendem dois terços de todos os orçamentos militares mundiais, cerca de um bilião de dólares.

Bastaria metade do conjunto destes orçamentos de guerra para acabar com a fome no mundo, erradicar várias doenças e resolver muitas das necessidades básicas das populações do planeta.

Pedro Goulart

Máquina de terror

A NATO (Organização do Tratado do Atlântico Norte) é uma organização político-militar imperialista criada em 1949, pretensamente com o objectivo de se opor ao chamado Bloco Socialista e defender o "mundo livre". Foi formada de início por 12 países, dois norte-americanos (EUA e Canadá) e dez europeus (França, Itália, Reino Unido, Luxemburgo, Bélgica, França, Holanda, Noruega, Islândia e Portugal). Pouco depois integrou a Alemanha, a Grécia e a Turquia. Só em 1955, o então Bloco de Leste havia de contrapor-lhe outra organização político-militar, com a criação do Pacto de Varsóvia.

A Nato prosseguiu o seu alargamento, integrando a Espanha em 1982. E nos anos seguintes ao desaparecimento do Bloco Leste absorveu mais doze países dos Balcãs e das vizinhanças da Rússia. Tem presentemente 28 países membros. Mas o desmoronamento deste Bloco de Leste e o desaparecimento deste "inimigo", enfraqueceu a principal justificação para a existência da NATO.

Foi, assim, preciso redefinir o papel da aliança militar imperialista, que procurou novos motivos para justificar a sua existência.

Em 1991 a política da "intervenção humanitária" serviria de cobertura para a primeira acção militar da história da Nato: o ataque à Jugoslávia. Assim surgiram intervenções militares como as da Bósnia e do Kosovo e o ataque à Sérvia.

Pouco depois, a "luta contra o terrorismo" seria o argumento para a intervenção no Afeganistão. A NATO tem sido um instrumento ao serviço dos EUA, agredindo outros povos, praticando chacinas e infundindo terror, para assegurar a hegemonia mundial do imperialismo norte-americano. A próxima cimeira da NATO, em Lisboa, visa comprometer ainda mais os países membros, Portugal incluído, nos propósitos imperialistas dos EUA. Por isso mesmo, as campanhas de protesto contra a cimeira de Lisboa denunciam a submissão das autoridades portuguesas à NATO e reclamam a dissolução da Aliança. **Pedro Goulart**

Para perceber o que se vai passar na cimeira da NATO em Lisboa

A estratégia da aranha

O novo conceito estratégico da NATO – a aprovar em 19/20 de Novembro próximo, na Cimeira de Lisboa, foi apresentado em 17 de Maio deste ano por um grupo de doze especialistas liderado pela ex-secretária de Estado de Bill Clinton, Madeleine Albright (1), membro do “clandestino” *Grupo de Bildeberg* e da *Trilateral*.

O último modelo estratégico da NATO remonta a 1999, antes dos ataques aos EUA em 11 de Setembro de 2001, da “campanha” do Afeganistão, da invasão do Iraque em 2003, de todo o desenvolvimento social que tem gerado mudanças de cor política na América Latina, da afirmação do Irão, da instabilidade latente em várias ex-repúblicas da antiga União Soviética.

A definição do novo conceito estratégico da NATO estará claramente influenciada pela “atualização” que, sob a administração Obama, os EUA produziram relativamente ao seu próprio conceito estratégico.

O anterior estabelecia que as forças armadas dos EUA deveriam estar aptas a disputar vitoriosamente duas guerras simultâneas (perderam as duas em que se envolveram, Iraque e Afeganistão). O actual estabelece que devem estar aptas a disputar uma multiplicidade de ameaças em qualquer parte do mundo e que, para isso, devem contar com as parcerias estratégicas – em primeiro lugar a União Europeia, mas também a ONU e diversos outros países em diferentes regiões do mundo.

Do que se vai sabendo e do que se pode inferir do texto divulgado pela equipa de Albright (2), Lisboa debruçar-se-á sobre as seguintes decisões.

Armas nucleares

As armas nucleares devem ser encaradas como uma necessidade imperiosa para a chamada “política de dissuasão”.

“Nós temos uma ameaça real. E precisamos de uma defesa real contra essa ameaça real”, diz o relatório preliminar que, pela voz do secretário-geral da NATO Anders Rasmussen, cita claramente os “mísseis de longo alcance do estado iraniano”.

Prevê-se pois a rejeição inequívoca das propostas de “alguns” países (não expressamente referidos, supondo-se que se situem na região nórdica) para remoção de armas nucleares.

Escudo antimíssil

Os planos dos EUA de criação de um escudo antimíssil implicarão a “transferência” desse dispositivo para o âmbito da NATO, mediante a respectiva trasladação para o continente europeu.

O custo deverá ser pago por todos os estados membros, que são desafiados a aumentarem os seus esforços económicos na área da defesa. Ainda que sejam reconhecidas as dificuldades actuais é recomendado que os

respectivos orçamentos sejam “generosos” neste “grande esforço” para dotar a Nato de novos meios para a “concretização dos seus novos desafios”.

Este escudo antimíssil foi projectado para ser montado na Polónia e República Checa – como constava da proposta inicial de Maio. O “medo” do Irão obrigou a que a Conferência de Lisboa venha a aprovar a sua instalação em terra, na Roménia, e no mar, em navios que vão patrulhar o Mar Negro. Mais perto do “perigo iraniano” e da Turquia, membro da NATO que, apesar de tudo, já declarou ter relutância em albergar um sistema deste tipo apontado ao Irão.

Parcerias e alargamento

A Cimeira propõe-se abrir um novo capítulo no que toca a parcerias e alargamento da organização.

A criação do sistema de defesa antimísseis “será acompanhada de um convite à Rússia, para cooperar conosco”, disse Rasmussen, depois da reunião com o ministro dos Negócios Estrangeiros russo, Serguei Lavrov. Rasmussen propôs a criação de um fundo bilateral constituído e gerido pela Rússia e a Aliança Atlântica para treino de pilotos e manutenção de helicópteros com que Moscovo tenciona equipar as tropas afegãs. Prova deste entendimento será a presença em Lisboa do presidente russo para mais uma sessão do Conselho NATO/Rússia.

“Nos últimos tempos, as relações entre a Rússia e a NATO tornaram-se mais produtivas, mais substanciais”, disse Medvedev.

A Geórgia, de acordo com a decisão tomada em 2008 na cimeira de Bucareste, tornar-se-á membro da NATO “mas não para já”, segundo Rasmussen. Reiterou, no entanto, contra o que defende a Rússia, que a Nato “apoia a integridade territorial da Geórgia não reconhecendo a independência da Ossétia do Sul e da Abcázia”.

Apesar de mais cautelosamente do que em documentos anteriores, é formulado um novo alargamento a Leste. Isto inclui nove parcerias com as antigas repúblicas soviéticas da Ásia Central (Tadjiquistão, Quirguistão, Uzbequistão, Turcomenistão, etc.), assim como com potências regionais asiáticas (Indonésia, Malásia, Austrália, Nova Zelândia) incluindo o Japão, que mantém um conflito territorial com a Rússia, em torno das ilhas Curilhas.

Ou seja, ao mesmo tempo que enfatiza o seu carácter regional, a Nato trata de ampliar a sua capacidade de intervenção e a sua estratégia de expansão global.

(As aproximações de “charme” à Rússia têm um interlocutor privilegiado: a Alemanha da senhora Merkel, que não perde de vista o seu interesse no abastecimento energético que lhe chega de Moscovo.)



O atoleiro afegão

Uma parte da Europa não afina totalmente pelo mesmo diapasão dos EUA acerca da guerra no Afeganistão. Como escreveu o relator especial da Assembleia Parlamentar da Nato, o norueguês Jan Peterson, “os desafios estratégicos que enfrentamos não podem ser resolvidos através de soluções puramente militares. Assistimos a isso no Afeganistão, onde os aspectos militares são uma componente necessária mas insuficiente para uma solução abrangente”. Apesar disso, a guerra no Afeganistão é vista como um desafio crucial para a Nato que, por isso, “tem que ser ganha” como exemplo da luta contra o “terrorismo”. Ora, isso tem de implicar um cada vez maior envolvimento civil e militar por parte dos países da Aliança, como pretendem os EUA.

Polícia do mundo

A Nato afirma que “não quer actuar como polícia do mundo”, mas quer ter poder de acção unilateral sempre que os interesses dos seus estados membros estejam “em perigo”. Isto inclui a possibilidade de intervir em quaisquer países e regiões do mundo de molde a garantir o domínio sobre recursos naturais ou rotas comerciais “sempre que necessário, para prevenir qualquer hipótese de ataque à área de acordo ou para proteger direitos legais e outros interesses vitais dos membros da aliança”, disse, de novo, Rasmussen.

Os conceitos de defesa e de segurança, que sempre estiveram separados, vão fundir-se. O princípio adoptado por George Bush da “legítima defesa preventiva”, que presidiu à invasão do Iraque em 2003, vai ser expressamente colocado na “letra da lei”.

A Nato poderá, assim, invadir qualquer país

no mundo que não aja de acordo com as “directivas” e interesses do “mundo ocidental” bem como utilizar a força militar para pôr cobro a situações de agitação social, em qualquer local do planeta, nomeadamente dentro dos países da própria aliança.

“Outros desafios”

A Nato adoptará um novo papel de guardião no processo das alterações climáticas o que, indefinidamente, é designado por “outros desafios globais” – mas aqui, devido aos hipotéticos custos, assumindo o seu carácter de “aliança regional”. A forma para solucionar o eventual surgimento destes problemas é vaga recomendando-se que seja vista “caso a caso”.

A Nato arvora-se também no direito de declarar guerra à “pirataria” electrónica, prevendo a possibilidade de reagir a ataques à comunicação, computadores, redes de energia – ou seja, organizar uma polícia de vigilância informática mundial.

À margem do direito internacional

A cimeira de Lisboa assinará, em suma, um documento em que, sem sofismas, se assume que, para todas as situações enunciadas, a Aliança Atlântica deverá agir “sempre que possível”, “de forma legal e com o apoio da opinião pública”, o que significa que o contrário também será exequível. Será assim feita tábua rasa da Carta da ONU e dos direitos de cada país e de cada povo nela consignados.

A União Europeia será a “mão direita” da Nato, com quem partilhará encargos e responsabilidades. Pela primeira vez é considerada “parceira estratégica” sem que, no entanto, seja especificado qual o

posicionamento dos dois países que não integram a Nato (Finlândia e Irlanda) ou como se acautelarão os interesses dos quatro países da UE oficialmente neutros – Áustria, Suécia, Irlanda e Finlândia.

As divergências que possam manifestar-se entre a União Europeia e os Estados Unidos serão marginais. É bem possível que, por pressão dos EUA secundada pelo secretário-geral Rasmussen, seja reforçado o artigo 5.º do Tratado de Washington (quando a Nato foi formada em 1949) que estabelece, prioritariamente, o princípio segundo o qual, todos os países membros “deverão agir” de modo solidário em caso de “agressão” a um deles.

Os dados estão lançados. A “cidade branca”, Lisboa, ficará indelevelmente ligada ao patrocínio de uma resolução que significará um reforço da associação entre os dois principais blocos imperialistas do mundo actual.

Paulo Esperança

(1) Albright defendeu intervenção da Nato no Kosovo em 1999 e, mais tarde, apesar de uma posição crítica acerca da política de Bush, desdobrou-se em acções de propaganda em que defendia, tanto para o Iraque como para o Afeganistão, que “não se poderia perder a guerra”.

(2) NATO 2020 – Assured Security Dynamic Engagement – analysis and recommendations of a group of experts on a new strategic concept for NATO.

França Acesa luta de classes

Milhões de trabalhadores e estudantes participaram em numerosas greves e manifestações em França, em Setembro e Outubro. Algumas das jornadas de luta reuniram mais de três milhões de pessoas e em alguns casos houve confrontos com a polícia. Mais de 2000 pessoas foram detidas desde o início da luta. Há muito que a França não via acções de tal dimensão.

Operários, funcionários públicos, professores, estudantes liceais e do ensino superior rejeitam a nova lei do governo de Sarkozy que eleva de 60 para 62 anos a idade mínima de acesso à reforma e de 65 para 67 anos o direito a aceder a uma pensão completa. Os protestos responderam, assim, a um forte ataque do governo a direitos fundamentais dos trabalhadores.

A maioria das confederações sindicais, diversas organizações estudantis e numerosas organizações de base estiveram envolvidas nas lutas, que afectaram fortemente os transportes urbanos, a rede ferroviária regional, os aeroportos e os liceus. Quase todas as refinarias estiveram paradas várias semanas, implicando o encerramento de mais de 4000 postos de combustíveis.

Os sindicatos afirmam que o governo perdeu a batalha da opinião pública. Sondagens revelaram grande indignação entre a maioria dos franceses (mais de 70% apoiaram as lutas), particularmente entre os jovens dos 18 aos 24 anos que vêem o seu futuro gravemente prejudicado.

A 22 de Outubro, sob pressão do governo, o Senado francês aprovou apressadamente a nova lei das reformas. De seguida, Sarkozy fez avançar a polícia e a tropa contra os grevistas das refinarias. As paralisações foram então suspensas.

GREVE



Apesar do recuo, novas jornadas de protesto estão previstas. E desde que a luta persista, não seria a primeira vez que leis deste tipo acabam por ser revogadas em França. Os trabalhadores franceses deram, de qualquer modo, um exemplo de persistência e combatividade que merece ser seguido por todos os trabalhadores europeus, vítimas dos mesmos ataques.

Pedro Goulart

Chile O lado explosivo do caso dos mineiros

Todos quiseram tirar proveito do drama dos mineiros chilenos. O presidente Piñera, com a fanfarra da "unidade nacional", deixando na sombra a bandalheira permitida aos patrões da mina, o factor responsável pela situação. A NASA norte-americana, porque forneceu a "tecnologia espacial", ganhando uma face de "utilidade pública". O Papa, reclamando "milagre", mas esquecendo a falta de acção divina que impedisse a derrocada ou obrigasse os patrões a cumprir regras de segurança.

Os psicólogos de serviço à comunicação social destacaram a "liderança" e a "ordem" imposta pelos chefes para manter a turba disciplinada e obediente, pronta a ser salva. E até Paulo Portas e o presidente do Benfica vieram dizer vacuidades só para poderem aparecer nas televisões.

Estes aproveitadores mascaram o principal: a disciplina e a organização dos próprios mineiros, assumidas no pior momento, que lhes deram força para resistirem até serem socorridos. Foi esta a chave da sobrevivência dos 33 operários. Após a derrocada, e antes de os salvadores terem

podido agir, os mineiros sobreviveram sem nenhum contacto durante 17 dias. Resistiram organizando-se e disciplinando-se eles próprios: racionaram a comida e a água, mantiveram-se activos, tomaram decisões em grupo. O chefe de turno (que os comentadores davam como o "líder") disse que as decisões eram tomadas por maioria, em colectivo; e que reuniam sempre que era preciso sanar diferendos.

Mas como isto é inconveniente e não vende, há órgãos de comunicação social que procuram comprar "revelações" e, se possível, "escândalos". Uma jornalista do *Público* chegou a questionar se teria passado pela cabeça dos mineiros praticar... canibalismo!

A tenacidade auto-assumida pelos 33 mineiros, o seu sentido de igualdade, a democraticidade que fundamentou as suas decisões – é isso que o poder e os seus adeptos não querem que passe para a massa, para os milhões de trabalhadores chilenos e do mundo inteiro. É esse o lado explosivo da experiência vivida pelos 33 operários de San José.

Manuel Raposo

Tropa ataca IIEFP

A tropa é um emprego como outro qualquer? Não tanto: o orçamento da Defesa subiu; milhões foram para submarinos e blindados; as forças armadas receberam 50 milhões para aumentos de vencimentos; os militares em missões fora do país são bem pagos. Tudo à custa dos trabalhadores. Por isso é importante a denúncia que aqui publicamos.

"Fui convocado por carta, a estar presente numa sessão de esclarecimento promovida pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional de Barcelos, que teve lugar [em 28 de Setembro] no auditório do Círculo Católico de Operários de Barcelos.

Esta sessão, dirigida a desempregados e dedicada ao tema "Alternativas de Empregabilidade", era de presença obrigatória, sob pena de se ser excluído da base de dados de procura de emprego do IIEFP, e interdito de fazer nova inscrição no centro de emprego por um período de 60 dias após o dia da referida sessão.

Qual não é o meu espanto, quando chego à dita sessão e encontro três militares e um enorme placard onde se lia "Recrutamento para o Exército"! Pelos vistos, estão a efectuar várias sessões deste género e esta em particular era dirigida a licenciados.

Para além do "despesismo" no Ministério Defesa e nos extravagantes submarinos, da estupidez que é termos um exército ao serviço da NATO, parece-me que esta é uma medida de desespero para encobrir os números do desemprego – tanto através da exclusão de inscritos, como pelo "aliciamento" para se juntarem ao Exército."

Miguel Ferreira

DITO

Quando os ricos fazem a guerra, são sempre os pobres que morrem.

Jean-Paul Sartre
Filósofo e escritor francês
(1905-1980)